

O debate sobre a questão fiscal na crise do capitalismo contemporâneo à luz da economia política crítica

Bruno Toschi¹
Áquilas Mendes²

Resumo

Este artigo realiza um balanço sobre como autores da economia política crítica vem discutindo a questão fiscal, trata-se do debate sobre a austeridade, dívida pública, entre outros, no contexto da crise capitalismo contemporâneo. Realizou-se uma revisão sistemática crítica da literatura por meio de 16 Revistas marxistas, incluindo algumas de caráter interdisciplinar. A estratégia de busca foi construída com os termos livres: questão fiscal, crise capitalista e capital fictício, sendo cruzados com: reforma fiscal, política fiscal, dívida pública, títulos públicos, fiscal, tributos e austeridade. Após os processos de seleção, 15 artigos foram escolhidos e discutidos com base em três dimensões de análise: a) a questão fiscal e o seu debate teórico e estudos de caso; b) a questão fiscal e o capitalismo contemporâneo, focando nos temas financeirização, neoliberalismo e crise; c) reformas fiscais e luta de classes, com destaque às reformas no Sul global de maior violência. A partir dos resultados encontrados nesta revisão, pode-se concluir que as transformações do capitalismo contemporâneo reiteram o protagonismo da austeridade fiscal, com redução do gasto e controle da dívida. Estes elementos engendram uma nova dinâmica aos direitos sociais, com intensificação da privatização por meio do próprio Estado capitalista. Mais do que a participação do capital privado, a mercantilização reflete o domínio da lógica mercantil na lógica social e da inevitável necessidade do ajuste fiscal, que na periferia do capitalismo, ganha o caráter de permanente.

Palavras-chave: questão fiscal; crise; capitalismo, economia política crítica.

Introdução

Com as turbulências do capitalismo contemporâneo e sua crise de longa duração, sob o domínio do capital fictício (ROBERTS, 2016; CALLINICOS, 2014), é fundamental refletir sobre a persistência de seus problemas, particularmente, no contexto da questão fiscal. Vimos assistindo o Estado intensificar as políticas “ultraneoliberais”³ por meio de ajustes fiscais drásticos e permanentes nos países capitalistas em geral, e na América Latina, principalmente dependentes, com o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas (MENDES, 2022).

O argumento de Callinicos (2014) é interessante quando aponta que, nos três volumes de *O Capital* de Marx, desenvolve-se uma teoria articulada e completa das crises, sustentada por uma concepção multidimensional das crises econômicas, agrupadas em três categorias: (1) fatores que “possibilitam” a eclosão da crise; (2) fatores que “condicionam” o aparecimento de desequilíbrios; e (3) fatores associados à “causa” das convulsões. Nesta última categoria é possível entender a lei da tendência de queda da taxa de lucro, o ciclo das bolhas e o pânico do mercado financeiro. Assim, contempla-se aqui a segunda tendência da acumulação capitalista

¹ Mestre em Economia Política pela PUC-SP

² Professor Doutor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP

³ O termo “ultraneoliberal”, segundo Boffo, Saad-Filho e Fine (2019) deve ser relacionado ao momento histórico entendido como a “virada autoritária” do neoliberalismo, intensificando as políticas de defesa do mercado, com restrição ampliada dos gastos públicos. Os autores argumentam que o neoliberalismo precisa do conservadorismo radical e do autoritarismo para se tornar “ultra”, já que as fases anteriores de “instalação” e “subjetivização” do neoliberalismo não foram suficientes para superar a duradoura crise capitalista vivida desde o crack de 2007/2008.

dos últimos 40 anos, explicitando sua crise por meio do crescimento vertiginoso do capital fictício, na forma de títulos públicos, ações negociadas no mercado secundário, ou como derivativos de toda espécie. (CHESNAIS, 2019).

Nesse contexto de crise do capitalismo, a questão fiscal adquire principalidade, visto que as políticas econômicas de inspiração do *mainstream* colocam restrições aos gastos governamentais, intensificando, por sua vez, as dívidas públicas dos Estados, comprometendo os orçamentos públicos, especialmente, pelo crescimento considerado do pagamento com juros dessas dívidas, em detrimento dos gastos sociais, por exemplo. A austeridade fiscal vem se constituindo em política permanente com a função de garantir a continuidade da extração de mais-valor, auxiliando na reposição dos lucros dos setores dominantes frente ao cenário conturbado da crise.

É a partir dessa situação que este artigo encontra sua motivação. Para tanto, seu objetivo é realizar um balanço sobre como autores da economia política crítica vem discutindo a questão fiscal, particularmente seus aspectos sobre a austeridade, dívida pública, entre outros, no contexto da crise capitalismo contemporâneo. O artigo está estruturado em duas partes. A primeira parte apresenta a metodologia da revisão sistematizada, identificando a pergunta de pesquisa, bem como os passos de identificação, rastreamento, elegibilidade e inclusão dos artigos científicos selecionados nas revistas do campo da economia política crítica. A segunda parte discute o conteúdo apresentado pelos artigos incluídos nessa revisão, destacando duas dimensões: a crítica marxista contra outras correntes heterodoxas e os estudos de casos acerca da questão fiscal e; a relação de crise e o debate fiscal em que se esclarece a função da austeridade e do ajuste fiscal permanente no sul global.

1 – Metodologia de revisão sistematizada da literatura sobre a questão fiscal

Trata-se de um estudo de revisão crítica da literatura para responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como os pensadores da economia política debatem a questão fiscal no contexto de crise do capitalismo contemporâneo sob domínio do capital fictício?

Iniciou-se a revisão crítica pela escolha das revistas no campo da economia política crítica que se aproximam da temática do estudo. Desta forma, optou-se por algumas revistas nacionais e internacionais, uma vez que o escopo do estudo se refere ao contexto mais amplo de discussão da questão fiscal no âmbito da crise capitalista mundial. Portanto, foram escolhidas 16 Revistas científicas, tais como: *Argumentum*, *Crítica Marxista*, *Katálysis*, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, *Textos de Economia*, *Economia e Sociedade*, *Cuadernos de*

Economia Crítica, Tareas, Pacarina del Sur, Herramienta, revista de debate y crítica marxista, International Journal of Political Economy, Review of Radical Political Economics, Monthly Review, Rethinking Marxism, Review of African Political Economy, World Review of Political Economy.

O processo de revisão sistematizada conta com quatro fases: “Identificação”, “Rastreamento”, “Elegibilidade” e “Inclusão”. A primeira visa identificar o total de publicações disponíveis a partir dos critérios de investigação expostos mais adiante. Esta fase inicia-se na seleção de revistas acadêmicas, cujo parâmetro baseou-se naquelas que, em alguma medida, abrem espaço para abordagens marxistas, tanto do âmbito nacional quanto do internacional (Figura 1).

A busca no grupo das revistas brasileiras foi feita em seus respectivos sites através da inserção dos termos-chave e de suas combinações, respeitando a pergunta norteadora. Para isso, elencamos os itens-chave da pergunta (“*questão fiscal*”, “*crise capitalista*” e “*capital fictício*”)⁴. Esses termos foram cruzados com outros termos secundários: reforma fiscal, política fiscal, dívida pública, títulos públicos, fiscal, tributos e austeridade.

A utilização dos termos combinados justifica-se como mecanismo de redução da quantidade de resultados e, por consequência, filtrando as publicações mais pertinentes à pesquisa. Sua combinação é reunida em uma única matriz de modo a contabilizar o total obtido, a prioridade é o uso de três termos (por exemplo: crise *and* questão fiscal *and* capital fictício, mas quando a resposta é relativamente baixa, volta-se para a combinação de dois termos e assim sucessivamente). No caso particular da revista “Economia e Sociedade”, em virtude de seu conteúdo heterodoxo, optou-se pela adição de um novo termo chave, sendo ele: “Marx”, visando novamente filtrar os resultados convenientes ao objetivo do trabalho. Por esta razão, uma leve mudança foi feita, sem prejudicar, todavia, a visibilidade da metodologia. Em seguida, são expostas ambas as matrizes.

No desenvolvimento da investigação no grupo das revistas brasileiras, deve-se ressaltar algumas dificuldades enfrentadas. No caso, a revista “*Crítica Marxista*” não aparentou ter um buscador funcional: muitas vezes, o site não parecia responder coerentemente a combinação de

⁴ Reforçamos que a escolha destes termos não exclui a utilização de outros, a nossa pesquisa não pretende esgotar o tema, logo outras combinações ainda são possíveis. É importante esclarecer também que a escolha de outras palavras não necessariamente levaria a resultados tão divergentes, haja visto que são apenas sinônimos (por exemplo: palavras como “imposto” e “orçamento” podem estar contempladas em “tributos” e “fiscal”).

termos, por isso foi priorizada a utilização dos termos-chave sem suas combinações. Após conclusão das revistas nacionais, partiu-se para as revistas da América Latina, com a tradução dos termos para o espanhol.

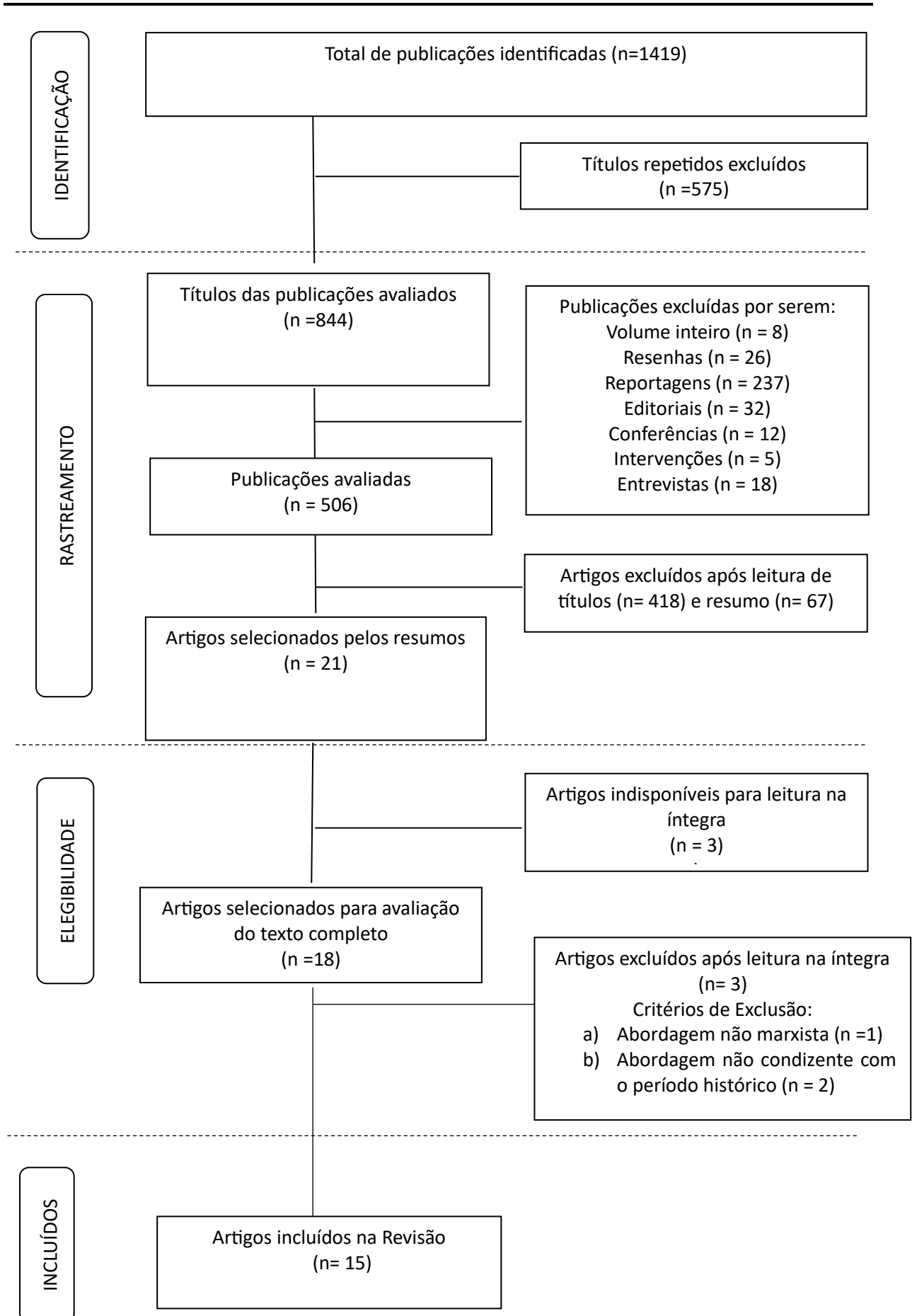
De modo geral, a pesquisa em espanhol seguiu o fluxo esperado, com exceção da revista “*Herramienta, revista de debate y crítica marxista*”, a qual o buscador não exibiu indícios de respostas adequadas perante os parâmetros da investigação. A solução para este impasse foi reservar a busca para um único termo: “*fiscal*”. Além disso, sublinha-se uma pequena dificuldade em distinguir os artigos científicos das demais modalidades dos documentos (reportagens, resenhas, entre outros). Desta forma, por via das dúvidas, optou-se por confirmar a natureza do documento pelo Google Acadêmico ou pelo Currículo Lattes, no caso de autores brasileiros com publicações na revista⁵.

Por fim, o último grupo incluído foram revistas de publicação em língua inglesa, oriundas dos Estados Unidos e da Europa, ou ainda de dupla colaboração, como a “*Review of African Political Economy*” e a “*World Review of Political Economy*”, que, além de contribuição britânica, contam com auxílio de países da África e da Ásia, respectivamente. Nestas revistas, os buscadores funcionaram de maneira apropriada, com claras instruções sobre os procedimentos de busca, o que nos permitiu maior rigorosidade no tratamento dos dados.

⁵ Nas revistas marxistas latino-americanas (brasileiras inclusive), não foi incomum a dificuldade em pesquisar em seus sites, não se trata, porém, de mera coincidência, o que pode estar ocorrendo, na verdade, é um projeto para retirar o prestígio das revistas de pesquisas comprometidas com a teoria crítica, como sugerem CARNUT ET AL., p.11, 2022): “Pensamos que isso se deva ao fato de os periódicos assumidamente marxistas terem grande dificuldade de financiamento público ou privado para sua sustentabilidade. Essa falta de recursos pode se refletir na estrutura precária do site e no processo editorial pouco profissionalizado.

Com a finalização do processo de busca, foram identificadas 10552 publicações, das quais, 1419 foram selecionadas a partir da combinação de três termos.

A seguir expomos a Figura 1 e o quadro 1, que apresentam o fluxograma detalhando o percurso da busca e os artigos efetivamente incluídos.

Figura 1: Fluxograma do processo de seleção dos artigos incluídos na revisão

Quadro 1: Artigos incluídos, segundo autoria, ano, título, objetivos e periódico

Autoria	Ano	Título	Periódico
Pâmela Karoline Lins Alves, Viviane Medeiros dos Santos	2020	Expropriações contemporâneas: o apoio estatal à saúde suplementar no Brasil	Argumentum
Michael Hudson	2019	“Creating Wealth” through Debt: The West's Finance-Capitalist Road	World Review of Political Economy
Kátia Regina de Souza Lima	2019	Educação superior em tempos de ajustes neoliberais e regressão de direitos	Katálysis
Heba Khalil ⁶ & Brian Dill	2018	Negotiating statist neoliberalism: the political economy of post-revolution Egypt	Review of African Political Economy
Isabela Ramos Ribeiro, Evilasio da Silva Salvador	2018	Hegemonia e políticas sociais no Brasil: contribuições ao debate sobre vinculação orçamentária	Katálysis
Sonia Fleury, Carlos Pinho	2018	Liquefação da rede de proteção social no Brasil autoritário	Katálysis
Antônio Albano de Freitas	2017	Neoliberalism, Profitability, and the Crisis in the Eurozone	Review of Radical Political Economics
Jair de Abreu Leme Junior, Áquilas Nogueira Mendes	2017	Imposto sobre as transações financeiras como uma contribuição ao subfinanciamento do SUS	Argumentum
Tony Andreani, Remy Herrera	2015	Piketty: regular o capitalismo através da fiscalidade?	Argumentum
Iain Ferguson	2014	Austeridade no Reino Unido: o fim do estado de bem estar social?	Argumentum
Guglielmo Carchedi, Michael Roberts	2013	The Long Roots of the Present Crisis: Keynesians, Austerians, and Marx's Law	World Review of Political Economy

⁶ Artigo gentilmente cedido pela autora.

Makoto Itoh	2012	From the subprime to the sovereign crisis: why Keynesianism does not work	World Review of Political Economy
François Chesnais	2011	Repúdio às dúvidas públicas europeias	Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (RSEP)
Mariano Félix	2009	¿No hay alternativa frente al ajuste? Crisis, competitividad y opciones populares en Argentina	Herramienta, revista de debate y crítica marxista
Maria da Graça Druck de Faria, Luiz Antonio Mattos Filgueiras	2007	Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula	Katálysis

Fonte: Elaboração dos autores.

De posse dos artigos, é importante salientar novamente a preocupação em mapear a produção marxista da área. Contudo, para evitar qualquer tipo de ambiguidade, a nossa revisão sistemática acolheu também os artigos que, em certa medida, convergem ao pensamento marxista. Por isso, por mais que determinados autores, como Michael Hudson e Fleury & Pinho, não sejam tradicionalmente classificados como “marxistas”, a presença de seus trabalhos na lista do Quadro 9 é com base no conteúdo que o artigo em específico trata.

2 - A questão fiscal em debate na literatura da economia política crítica

Para a exposição dos resultados encontrados nos artigos incluídos na Revisão, estruturamos em três partes, conforme as abordagens da pesquisa: a) a questão fiscal; b) a relação entre a questão fiscal e o capitalismo contemporâneo e c) reformas fiscais e lutas de classes

3.1 - A questão fiscal

No que tange à questão fiscal, poderíamos realizar a discussão com a separação em dois grupos: o debate teórico e os estudos de caso. O primeiro se refere aos artigos que confrontam a visão marxista com outras correntes de pensamento, enquanto o segundo remete aos artigos que analisam algum objeto em específico dentro da demarcação da pesquisa. Trata-se de uma divisão didática cuja linha é tênue, por isso realiza-se um esforço para direcionar as principais diretrizes sob as quais os autores organizam seus raciocínios.

3.1.1 - O debate teórico

Neste grupo, inclui-se os trabalhos de Carchedi & Roberts (2013), Itoh (2012) e Herrera & Andreani (2015). Os dois primeiros artigos travam um debate contra o keynesianismo, enquanto prática de política econômica, já o terceiro artigo dialoga criticamente contra O Capital do século XXI, de Thomas Piketty. É interessante notar que tanto a teoria keynesiana quanto a obra de Piketty possuem um forte apelo ao lado fiscal como fonte de solução ou apaziguamento dos dilemas das economias capitalistas.

Desse modo, os autores aqui analisados retomam elementos do arcabouço teórico marxista para a construção de seus argumentos. Isto se identifica com maior clareza em Herrera & Andreani (2015), pois é a partir daí que será possível retomar com maior rigor algumas das categorias da economia política marxista visando descrever brevemente sobre a lucratividade, acumulação e precipuamente sobre a concentração e centralização do capital para trazer à tona

o problema da desigualdade atual. Mais adiante os autores reconhecem que, de fato, Piketty possui o mérito de muito bem expor esta desigualdade. Sua proposta de solução, no entanto, esbararia sobretudo em aspectos políticos.

Como já denotado, os autores não deixam de lado os fatores políticos para concluir sua crítica, o que já nos permite tracejar de imediato sua correlação com as reformas fiscais. A economia da questão fiscal é, portanto, política.

Em se tratando do keynesianismo, Itoh (2012) revela que o limite dessa corrente de pensamento está justamente na vitória do neoliberalismo. Por outro lado, Carchedi & Roberts (2013) demonstram que a incipiência do keynesianismo está muito além do triunfo do neoliberalismo. Ao resgatarem categorias cotejadas por Marx, os autores sublinham a importância da lucratividade para demonstrar que tanto o diagnóstico keynesiano quanto o “austero” (aqueles defensores da austeridade) não são capazes de evitar a tendência de queda da taxa de lucro e, em última instância, as crises. Como este debate passa necessariamente pela concepção de crise, tal discussão será complementada nos tópicos seguintes.

De todo modo, já é possível notar que o debate da questão fiscal está subjacente às leis da economia política, notadamente a lucratividade como elemento central para a compreensão do movimento do capitalismo. Ademais, o conflito das classes sociais também é presente.

3.1.2 - Estudos de casos

Os objetos estudos foram representativos de quase todo o globo, houve casos da Europa, Ásia, África e América Latina.

No caso da Europa, Freitas (2017) analisa as dívidas europeias jogando luz na questão da lucratividade para revelar a origem da crise da dívida na zona do euro. Chesnais (2011), em caráter mais específico, discute as dívidas públicas de alguns países da zona do euro no decurso da crise de 2007. Com relação a França, por exemplo, seu sistema tributário de pouca progressividade combinado com as práticas de evasão fiscal e com a dinâmica de financiamento por títulos públicos significarão, na realidade, o exercício do poderio de grupos econômicos capazes de decidir os rumos da política econômica. A quanto pesa este poder, a desregulamentação financeira e o aumento dos gastos militares na década de 1990 corroboraram em grande escala para o crescimento da dívida. No bojo deste processo, os programas de austeridade se apresentam como as políticas racionais para o pagamento da dívida e estabilização da economia.

Para Chesnais (2011), todavia, o caráter da dívida (marcada pela regressividade tributária, gastos com operações militares, evasão fiscal etc.) a torna ilegítima do ponto de vista político. Na Grécia, este fenômeno é muito mais agudo: a dívida é descrita como odiosa, pois além dos mecanismos fiscais desiguais e dos gastos militares, o país enfrentou problemas que vão desde a corrupção até a falsificação de estatísticas oficiais para adequar a dívida aos patamares exigidos pela União Europeia.

No caso da Ásia, os resultados da revisão culminaram no estudo de Hudson (2019). O autor discute os emblemas da China atual com a ascensão da figura do *rentier*, aos moldes pré-capitalistas. Neste sentido, a criação de dívidas cumpre importante papel nesse processo. A questão fiscal é debatida num sentido reformista, exaltando os esforços necessários para garantirem a sustentabilidade econômica do modelo chinês e colocar fim ao rentista.

Na África, Khalil & Dill (2018) analisam as transformações da política fiscal considerando episódios representativos da história do Egito recente. A revolução vivenciada pelo país em 2011 promoveu a eleição democrática do primeiro presidente, durando até a sua deposição no golpe militar de 2013. A ascensão dos militares simbolizou a adoção de políticas que mesclavam neoliberalismo e Estado forte (de viés autoritário), pois ao mesmo tempo em que se perpetuava as agendas de liberalização (como as privatizações, ajuste fiscal e câmbio flutuante), o governo militar não tardou em realizar reformas tributárias regressivas que desoneravam classes dominantes.

Por fim, na América Latina, Féliz (2019), ao se debruçar sobre a situação da Argentina, destaca a lógica do ajuste fiscal permanente, que emerge como um conjunto de reformas duras, mas necessárias para resgatar o crescimento econômico. Desta forma, segundo este autor, para a economia argentina voltar a crescer, todo o arcabouço da política econômica deve ser direcionado para domar a inflação, com sustentação do déficit público e contenção salarial, e desvalorizar a moeda para promover as exportações. Nessa argumentação, a austeridade é legítima e vista como a única alternativa possível.

No Brasil, muitos dos artigos dissertam sobre a apropriação do fundo público, Alves & Santos (2020) trazem de maneira clara o seu significado: “O fundo público se forma a partir da mais-valia socialmente produzida, ou seja, do trabalho excedente.” (Alves & Santos, 2020, p.259). As autoras frisam como a mercantilização de direitos sociais, seja por renúncias fiscais ou privatizações, se revelam como práticas contemporâneas de expropriação do excedente. Em face do exposto, parte da literatura brasileira se preocupa em mostrar com quem ficará o

referido excedente. Lima (2019), por exemplo, chama atenção para as consequências do ajuste fiscal no ensino superior, cuja privatização impulsiona fortemente a precarização da educação e dos direitos sociais em seu todo. Um outro resultado deste tipo de política é apontado por Ribeiro & Salvador (2013) em que se exalta a captura do fundo público pelo capital.

Na medida em que o fundo público está submetido à lógica da valorização, toda a construção das políticas deve necessariamente respeitar este pressuposto, destarte o ajuste fiscal coloca a austeridade como fundamento de toda a política, dificultando o desenho das políticas sociais. Tal processo é acentuado no Brasil em 2016 após a guinada autoritária (FLEURY & PINHO, 2018)

Finalmente, Junior & Mendes (2017) explicitam um caminho no enfrentamento ao capital financeiro, embora reconheçam que se trata de uma proposta de caráter reformista no capitalismo contemporâneo. Tal proposta discorre sobre a taxaçoão transações financeiras como providência para resolver o subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Os autores tecem considerações sobre o papel desempenhado pelo IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), ressaltando a principal diferença entre os dois: o IOF guarda relação a objetivos regulatórios estabelecidos pela política econômica; a CPMF é de caráter arrecadatório e serviu, durante sua existência, justamente para cobrir o financiamento incipiente do SUS.

Nos estudos de casos, algumas tendências podem ser percebidas, dentre as quais, o fardo das reformas fiscais, muitas vezes inevitáveis, recaírem em uma classe específica em detrimento de outra. Nisso, entrelaça-se a mercantilização do fundo público, no qual através de diversos mecanismos fiscais, o excedente passa a ser confiscado pelo capital.

3.2 - A questão fiscal e o capitalismo contemporâneo

O entrelaçamento entre a questão fiscal e o capitalismo contemporâneo contempla aspectos sobre a financeirização, neoliberalismo e principalmente a crise.

No debate teórico contra as políticas keynesianas, Carchedi & Roberts (2013) utilizam a Argentina dos anos 2000 como comprovação empírica do insucesso das políticas keynesianas. Na prática, a saída da crise ocorreu pela liquidação do capital. Na compreensão de Carchedi & Roberts (2013), deve-se antes compreender a lógica da lucratividade para perceber os limites das políticas keynesianas.

Já Itoh (2012), esboça que a reativação do keynesianismo ganhou na crise de 2008 não foi capaz de reviver a teoria keynesiana plenamente e uma das razões seria justamente a austeridade requerida pelo neoliberalismo. O keynesianismo se torna uma ideia fora do lugar na crise do capitalismo atual, tornando viável a possibilidade de renascimento do marxismo.

De fato, retomar o marxismo pode permitir reflexões importantes. Neste aspecto, Herrera & Andreani (2015) constroem sua crítica enfatizando justamente a faceta crítica do marxismo. Para eles, as propostas de Piketty não trazem nenhuma alteração qualitativa nos fundamentos da economia capitalista, por isso as soluções fiscalistas (como a implementação de imposto sobre fortuna mundial e a eliminação do dumping fiscal) teriam aplicabilidade limitada. Em última análise, não se resolve os problemas econômicos e os políticos, tampouco. Piketty peca em ambos os aspectos.

Se falta a economia de Piketty o lado político, esse não parece ser o caso de outro economista francês, como François Chesnais (2011). Para ele, dentro do bojo da financeirização e sua clara articulação com as políticas neoliberais, sucede basicamente o seguinte: a dívida é retroalimentada pelo setor financeiro ao clamar por políticas austeras que garantem seus lucros ao custo do restante da sociedade.

Ferguson (2013) analisa historicamente a austeridade no Reino Unido e como o fardo será pago pelos trabalhadores através de reformas que reduzem direitos sociais. Por isso, se em determinados períodos, a classe operária teve sua luta refletida na obtenção de direitos sociais; nos tempos de crise, a classe dominante virá com força para restabelecer tudo aquilo que perdeu. Parece ser convergência entre os autores de que a austeridade avança na Europa em direção do desmonte do Estado de bem-estar. Freitas (2017) acrescenta que tal desmonte responde aos interesses financeiros.

Os trabalhos de Hudson (2019) e Junior & Mendes (2017) discutem formas de taxar o capital portador de juros. No caso dos brasileiros, muito além da taxação, essas reformas representam a resistência contra o capital dominante. Até aqui, apreende-se que reformas fiscais estão mais suscetíveis em períodos de crise visando readequar o lucro do capital. Com isso, nota-se também os mecanismos fiscais não podem superar a lógica de lucratividade, mas podem servir como forma de tensionar contra o capital.

3.3 - Reformas fiscais e lutas de classe

Este tópico final realça o embate dos interesses conflituosos na sociedade capitalista diante do quadro da crise e das reformas fiscais. Frente a descrição da barbárie, explicita-se os caminhos alternativos indicado pelos autores. Discute-se, aqui, como as reformas no chamado Sul global adquirem maior grau de violência.

Na Europa, o capital avança através de reformas austeras, subordinando os mais diversos mecanismos dos Estados. Na Grécia, a título de exemplo, as razões por trás da elevação de sua dívida revelam a agressividade pelas quais opera o capital, como afirma Chesnais (2011):

[...] a dívida grega tem traços de “dívida odiosa”, para utilizar a caracterização dada à dívida dos países que se incluía antes no bloco sob o regime de Terceiro Mundo. As somas emprestadas serviram para organizar a corrupção em larga escala. [...] Os dados publicados no relatório de 2010 do SIPRI de Stockholm, que é a mais importante fonte de dados na matéria, revelam que a Grécia foi um dos cinco maiores importadores de armas na Europa entre 2005 e 2009. [...] A França não é o único dos produtores de armas (aí se encontra também os Estados Unidos, a Rússia, a Grã-Bretanha e Alemanha), que vende armas à Grécia e, então, empurra para o alto sua dívida [...] mesmo se a relação se estabelece na Europa e não na África ou América Latina, como os meios de endividamento externo pertencem aos mesmos países das empresas que vendem armas, isso restabelece uma forma de subordinação econômica e política característica do imperialismo. (CHESNAIS, 2011, p. 152 – 153)

A crise da dívida exhibe as formas desiguais em que se dão as relações capitalistas e, do mesmo modo, no caso da Grécia, poderia se afirmar que essa relação se reproduz de maneira hostil, já que parte de sua crise da dívida é função de gastos bélicos. Freitas (2017), por um outro lado, descreve a interpretação da literatura *mainstream* sobre a crise da dívida soberana dos países da zona do euro. Conforme se aponta, as explicações oferecidas se opõem completamente àquelas realizadas por Chesnais (2011).

Para a ortodoxia, como relata Freitas (2017), a crise foi em função da irresponsabilidade da política econômica em vigor, de caráter populista. Dentro do próprio *mainstream* houve espaço também para interpretações que imputava os custos do trabalho (estabelecidos com o Estado social) pela crise. Em face do exposto, a extrema proteção ao mercado de trabalho, os sindicatos e o crescimento dos salários acima da produtividade tornaram os países menos competitivos e mais custosos. Como resolução para esses problemas, haveria visões, dentro da teoria econômica tradicional, defendendo que a integração financeira, promovida pelo euro, seria suficiente para conter os desbalanços entre os países porque promoveria o fluxo dos capitais aos países de menor desenvolvimento.

Contra essas explicações, Freitas (2017) alega que é a crise capitalista, reforçada pelo arranjo institucional neoliberal, quem engendra as desproporcionalidades na zona do euro e sua crise da dívida. Sendo a crise do capital determinada pela lei marxiana de queda na taxa de

lucro. Para o autor, a assimetria dos países da zona euro se refletem no desbalanceamento dos indicadores econômicos, como no saldo da conta corrente, na dívida pública e na competitividade. Tais desbalanços devem ser abordados em conjunto, como faz o autor.

O propósito de criação do bloco econômico europeu visava inicialmente a convergência e a harmonia entre os países. As implicações desses objetivos são as de que os países retardatários deveriam crescer mais rápido para acompanhar os demais. Conforme os dados expostos pelo autor, o objetivo de crescimento vinha sendo cumprido entre 1990 até 2008, mas com maior inflação. No entanto, esta não é resultante tão somente do crescimento econômico, mas também dos complexos gargalos das economias em desenvolvimento. O controle da inflação era dificultado com a unificação da política monetária, o que acabava por contribuir no diferencial dos juros reais e o endividamento dos países periféricos.

Como a política monetária inviabiliza a desvalorização do câmbio, as exportações são encarecidas e as importações, barateadas. Esta situação favorecia o superávit em conta corrente dos países desenvolvidos, enquanto os em desenvolvimento, déficit. Esta assimetria é aprofundada, no período neoliberal, com a desregulamentação do trabalho. Como a maioria dos países da zona do euro se esforçaram para reduzir os custos dos trabalhos, a taxa de juros foi empurrada para baixo. A Alemanha, em especial, fez muito bem essa tarefa, com congelamento de salários, cortes de pensões e enfraquecimento dos sindicatos.

O neoliberalismo nos países periféricos da zona euro apenas exacerbou os déficits, porque estes não conseguiam reunir poupança interna e nem fluxo externo de capital. Conforme eclodia a crise de 2008, os países do Norte (países desenvolvidos do bloco europeu) puderam administrar suas sequelas com estímulos fiscais. Já os do Sul (países menos desenvolvidos do bloco europeu), além de terem tido que elevar suas dívidas a patamares elevadíssimos, foram constrangidos por agências avaliadoras. A iminência do *default* foi se tornando uma possibilidade mais real, principalmente na Grécia. O peso da crise da dívida soberana caiu sobretudo nos países periféricos da zona do euro.

Em síntese, Freitas (2017) ao descrever como a arquitetura institucional atual da União Europeia, moldada em torno do neoliberalismo, promove desequilíbrios entre os países da zona do euro. O desbalanceamento se revela na crise da dívida soberana, afetando em maior grau determinados países. Toda essa conjuntura recessiva tem origem na lucratividade, que no período neoliberal, foi recuperada pela compressão violenta dos salários. Estes impasses estão

em aberto e coloca novos desafios, pois ao contrário do mantra neoliberal, a União Europeia, na época de sua formação, prezava por princípios solidários.

Os obstáculos pelos que passam a Europa são muito mais complexos do que uma mera questão institucional facilmente contornada por reformas, os problemas estão na realidade baseados na organização capitalista. No restante do mundo, não é diferente, pode-se, entretanto, sublinhar a forma mais brutal em que as reformas acontecem.

Khalil & Dill (2018) abordam a relação do Estado capitalista com a sociedade no Egito. Os autores dissertam sobre as continuidades e rupturas no Estado egípcio, abarcando períodos recentes de sua história. Segundo eles, o estatismo é definido como um regime de acumulação caracterizado pelo controle da economia e da população pelo Estado, atuando no planejamento, na produção e na manutenção dos antagonismos sociais. Este é o Estado no Egito após 1952 com a queda da monarquia e a ascensão do regime de Gamal Abdel Nasser.

Neste período, o Estado foi caracterizado pela centralização econômica e social, exercendo controle tanto sobre a população quanto sobre a economia. Desta forma, o controle estatal se estendia a mídia, jornais e televisão, universidades e empresas, participação política e emprego. Este processo foi acompanhado de ampla nacionalização de empresas privadas e, por consequência, muito da força de trabalho era absorvida. O regime militar foi capaz de melhorar as condições sociais dos egípcios através de sistemas de subsídios, promovendo diversos auxílios básicos como cuidado médico, comida, eletricidade e gasolina, moradia subsidiada, educação pública e saúde. Os autores descrevem como o autoritarismo procurou se legitimar ao promover um certo Estado de bem-estar social com foco no aprimoramento das condições sociais da classe trabalhadora.

Porém, a legitimidade foi abalada com a emergência da crise após derrota na guerra contra Israel em 1967, a instalação de uma severa crise fiscal devido aos gastos militares e o constrangimento internacional com a queda do preço do petróleo, representou o fim do estatismo no Egito, assim como a diminuição dos auxílios sociais. O Estado egípcio se transforma em direção ao neoliberalismo. Como observa os autores, o neoliberalismo é contraditório naquilo que diz respeito ao papel estatal, e isso não será diferente para o Egito. Não obstante, o autoritarismo do modelo anterior não desapareceu, ele foi combinado com as políticas neoliberais que entrariam em vigor.

As reformas realizadas a partir do ano de 1991 institucionalizaram o neoliberalismo no país africano, sendo estas divididas em três eixos principais: corte de serviços do governo para

reduzir déficit fiscal, liberalização do câmbio e privatização. Os ajustes pretendiam controlar o déficit fiscal para atrair investimentos estrangeiros. O Estado cortava tributos de investidores da mesma forma que os gastos sociais. As empresas estatais, contudo, foram amplamente taxadas, contribuindo para sua precarização de maneira em que se criava as condições para justificar sua posterior privatização.

Insatisfações populares surgiram quando reformas que precarizaram muitos postos de trabalho passaram a vigorar. Neste sentido, a violência foi utilizada para dar continuidade no projeto neoliberal. Como resultados da transição dessa transição, os autores destacam a permanente taxa elevada de desemprego, alocando parcela da força de trabalho para setores informais, e a diminuição do fundo público. Em se tratando da política tributária, seus recursos advêm, em sua maior parte, de duas fontes: tributos incidentes sobre consumo e sobre o rendimento de empresas estatais vinculadas ao petróleo e ao canal de Suez. Somente uma parte muito diminuta vem de taxas corporativas e de propriedades. (KHALIL & DILL, 2018)

Esse aspecto da política fiscal constitui a contradição que o neoliberalismo adquire em terras egípcias: se por um lado, a tributação do consumo está em plena consonância com o neoliberalismo; o imposto sobre empresas controladas pelo Estado, como a Autoridade do Canal de Suez (*Suez Canal Authority – SCA*) e a *Egyptian General Petroleum*, são resquícios do estatismo.

Por se tratar de um país em desenvolvimento, a situação é alarmante. Os autores comparam que a relação PIB e carga tributária é de cerca de 12,5%, o que seria baixo em comparação com economias similares. Quer dizer, num país de baixa proporção da carga tributária e, ao que indica, de baixa arrecadação, o governo ainda maneja a política fiscal para o atendimento das elites.

Diante disso, os autores expressam como a política econômica expressa os interesses conflitantes das classes sociais. É interessante notar que o Egito, durante a primavera árabe de 2011, derrubou o governo de Mubarak e elegeu o primeiro presidente democraticamente. A eleição do presidente Morsi não parece ter alterado muito a conjuntura vigente, pois seu plano de governo não rompia com o projeto neoliberal que agravaram os já existentes problemas sociais do governo prévio, o que reflete, em certa medida, a dificuldade de mudar a política econômica em virtude do receituário do FMI e de outros órgãos internacionais. (KHALIL & DILL, 2018)

Em 2013, porém, o golpe veio pelas mãos dos militares na figura de El Sisi. Neste novo quadro, o governo prossegue as reformas neoliberais austeras (privatização, reformas tributárias regressivas, entre outros), agradando as classes dominantes. Já para os demais, restaram melhorias pontuais em serviços públicos e muita repressão. (KHALIL & DILL, 2018). Observa-se uma mescla entre autoritarismo e austeridade que perpassa a política econômica. Assim, a reprodução do regime militar combina reformas e violência para manter sua legitimidade, como relatam os autores:

Essas reformas chaves condicionadas quase simultaneamente pelos empréstimos do FMI e do Banco Mundial resultou em crescente descontentamento e frustração popular com o governo de El-Sisi. A frustração e descontentamento popular, muitas vezes resultando em prisões e detenções de manifestantes, refletem as contradições embutidas do neoliberalismo e nos convidam a analisar tanto o estatismo quanto o autoritarismo como duas táticas coesas e necessárias para a sobrevivência do neoliberalismo. (KHALIL & DILL, 2018, p. 588, tradução nossa)

É possível, diante disso, guardada as devidas proporções, realizar um paralelo com o Brasil. Especificamente, traça-se uma analogia entre reformas fiscais e governos com traços conservadores. Essa conexão é esboçada por Fleury & Pinho (2018). Seguindo os autores, a ascensão do autoritarismo, com o golpe parlamentar em 2016, adveio acompanhado de políticas de austeridade inseridas em múltiplas áreas.

É válido constatar, portanto, como as reformas fiscais se associam às posições políticas dos governos. Na revisão, tanto no texto sobre o Egito quanto no do Brasil, há uma ligação entre autoritarismo e as políticas austeras⁷. Dentro dos parâmetros estabelecidos pela revisão, este fenômeno foi exclusivo ao chamado Sul global. Assim, por mais que as reformas fiscais avancem em todo o planeta, inclusive nos desenvolvidos, como no Reino Unido e Alemanha, como nos informou Ferguson (2013) e Freitas (2017), respectivamente. A relação entre golpe e reformas fiscais foi vista apenas nos casos de países em desenvolvimento.

Diante disso, a parte final dessa seção se preocupa com os estudos de caso sobre o Brasil e Argentina efetuados por Druck & Filgueiras (2007), Lima (2018) e Féliz (2009). A finalidade é destacar quais seriam os caminhos alternativos pensados pelos autores diante das atrocidades postas pelo ajuste fiscal permanente. Nas seções anteriores, explanamos as contribuições dos autores que se esforçaram em demonstrar como os direitos sociais passam a ser expropriados

⁷ No caso do Brasil, particularmente, o termo autoritarismo não seria o mais preciso para caracterizar a situação mais recente do governo Bolsonaro, dado que autoritarismo constitui característica estrutural dos Estados da América Latina. Melhor seria referenciar o período, após o golpe de novo tipo de 2016 do Brasil, como neofascismo. Como argumenta Mendes (MATTOS, 2020, p. 234 *apud* MENDES, 2022) pode-se assumir a ideia da “predominância da dimensão, ou componente, neofascista para definir o governo Bolsonaro”.

com a introdução das renúncias fiscais e de políticas que promovam a mercantilização (Alves (2020), Ribeiro & Salvador (2018), Lima (2019)). Na realidade, a mercantilização implica a subordinação dos direitos sociais pela lógica da valorização. Trata-se de uma expansão do capital sobre as políticas sociais.

Druck & Filgueiras (2007) tratam dos contornos da política social no primeiro governo Lula. Para um país desigual como o Brasil, esse debate ganha extrema notoriedade. Os autores analisam o governo já colocando como pressuposto o poderio capital financeiro, mas com alguma participação de outros setores da burguesia, principalmente das frações envolvidas com a exportação. Prova disso foi a continuidade da política econômica do governo anterior, que estava em convergência com os interesses do capital financeiro.

A posição reformista, que o partido defende, permite acomodar os diferentes interesses da burguesia. Nesse rumo, para explicitar os imbróglis da política social, os autores contextualizam brevemente alguns elementos da história recente brasileira. Durante a redemocratização, apesar do avanço das liberdades políticas e da inclusão no âmbito legal dos movimentos sociais e sindicais, as inúmeras ementas e a política econômica reduziram a capacidade da constituição federal em prover os direitos sociais garantidos.

Com isso, durante a elaboração do Plano Real, a criação de mecanismos de desvinculação das despesas e receitas em proveito da política econômica consolida o desenho das políticas sociais. Quer dizer, a institucionalização do ajuste fiscal permanente faz a política social presumir tal ajuste, tendo a austeridade como seu horizonte. Essa justificativa permite a transição da política social universal para uma focalizada. Por isso, segundo os autores, ao focalizar as políticas sociais, o Estado força parte da população a recorrer aos mercados.

A política social focalizada consente a geração de superávits primários e joga em benefício do capital financeiro. Diante disso, a política social austera corrobora para o desmembramento da classe trabalhadora e não ataca as raízes estruturais da pobreza. A política elaborada dentro dos moldes do ajuste fiscal permanente não parece ser a melhor alternativa àqueles que vendem sua força de trabalho. Assim, a necessidade de organização da classe trabalhadora aparece como necessária para reafirmar a autonomia dos trabalhadores, como Druck & Filgueiras (2007) anotam:

Resta saber se os movimentos sociais e os segmentos mais organizados da sociedade brasileira aceitarão essas políticas e seus resultados perversos ou se buscarão romper com esse quadro, reafirmando a sua autonomia na busca da construção de uma sociedade alternativa em contraposição à 'via única' defendida pelo governo Lula. (DRUCK & FILGUEIRAS, 2007, p. 33)

Da mesma forma, Lima (2019), ao denunciar as calamidades pela qual o ensino superior atravessa, ressalta a função classe trabalhadora em construir alternativas à barbárie. Féliz (2009) exhibe como a política de ajuste fiscal permanente é presente na Argentina. A crise econômica mundial reverbera na Argentina estagnando seu crescimento econômico, puxado pelas exportações, e colocando seu padrão de acumulação em queda. Neste país, a exportação para o mercado internacional permitia o crescimento, garantindo a produção e a reprodução das características do capitalismo dependente tal qual a superexploração do trabalho, a precarização e a incipiente proteção social.

Antes da crise, para manter o ciclo favorável, o governo manejou sua política econômica para desvalorizar o câmbio e incrementar as exportações, criando um fluxo de renda e de divisas ao país. A crise, porém, quebrou esse ciclo. A estagnação econômica combinada com carências estruturais e conflitos entre setores da burguesia levaram ao fim do *kirchnerismo*. O cenário econômico, nesse momento, era de extrema vulnerabilidade social, a pobreza aumentava conjuntamente ao desemprego.

Daí surge a suposta necessidade do ajuste fiscal permanente. Os tempos de crise são oportunos para os setores do capital expressarem suas preocupações. Na Argentina, a classe empresarial não tardou em tornar público seu descontentamento com a apresentação de uma carta norteando quais seriam as políticas para reaver o crescimento. De forma concisa, trata-se, para o autor, de utilizar o câmbio para favorecer a exportação, conter o crescimento dos salários e da dívida pública, cujos corolários seriam a maior competitividade da economia no cenário mundial.

O autor é crítico quanto a competitividade aparecer como a única maneira de promover o desenvolvimento da Argentina. Em sua argumentação, aceitar essa via como a única possível, terminar-se-ia pela naturalização de toda estrutura desigual prescrevida pelo ajuste fiscal permanente. No entanto, há sim alternativa e essa repousa na economia política do trabalhador. Féliz (2009) desenvolve com maiores detalhes essa opção em face a dura realidade imposta pela crise. A construção de uma economia política do trabalho é fundamental para a elaboração de alternativas viáveis. A autogestão é invocada como opção plausível à preservação dos trabalhadores e do meio social.

No pensamento de Féliz (2009), a penúria colocada pelo ajuste fiscal permanente demanda a elaboração de novas organizações sociais. Por conseguinte, examina-se, que além da descrição dos fenômenos, Féliz (2009), Lima (2019) e Druck & Filgueiras (2007) expressam a

preocupação de intervenções na realidade. Nota-se que tais intervenções abrangem um conjunto de ações que seriam empregadas conjuntamente, indicando a necessidade de se pensar numa totalidade. Com relação ao fundo público, sua disputa, do ponto de vista do trabalhador, considerando as conclusões nos estudos de casos de Lima (2019) e Druck & Filgueiras (2007), deve ter por finalidade a retirada da oferta dos direitos sociais como mercadoria.

Os autores da revisão, referidos ao longo desta seção, descrevem a realidade dura, mas também expressam o desejo de instigar sua transformação. Não podemos deixar de assinalar que em se tratando da Grécia, sua crise da dívida, fruto da displicência fiscal de acordo com muitas das explicações ortodoxas, revela na verdade a violência permeada nas crises e reformas fiscais. Como Chesnais (2011) mostrou, a dívida da Grécia é “odiosa”, ela esconde mecanismos perversos que permeiam o capital. Nessa orientação, o ajuste fiscal seria necessário para florescer a competitividade, salvando os países da crise. Como Freitas (2017) enfatizou, reformas para induzi-la penalizam os trabalhadores, ocorrendo mesmo em países centrais, como a Alemanha. No entanto, podemos notar também que os sacrifícios em função da competitividade ocorrem de maneira mais aguda em países periféricos. O ajuste fiscal na periferia se torna permanente, tal qual salienta Féliz (2009) na Argentina e principalmente Lima (2019) e Ribeiro e Salvador (2018) no Brasil.

Por fim, no que toca a política social focalizada, é possível entendê-la no bojo da crise do capital e de suas reformas. Apesar de ocorrer no Reino Unido (FERGUSON, 2013), no Brasil, este fenômeno se dá com consequências sociais e políticas extremamente mais severas, como sugere a argumentação de Druck & Filgueiras (2007).

4 - Considerações finais

Este artigo empregou uma metodologia de revisão sistematizada tendo como intenção entender o conhecimento marxista contemporâneo acerca da questão fiscal. Apesar das limitações, como os entraves oriundos da qualidade do buscador de algumas revistas, procuramos estabelecer critérios para contorná-las dentro dos marcos propostos pela própria metodologia. Nessa direção, posto os fatores restritivos, foi possível diminuir o viés da busca, reduzindo, portanto, o caráter arbitrário na seleção dos artigos.

Com base na pergunta de pesquisa, explanamos as diretrizes gerais dos artigos selecionados a partir de dimensões presentes na pergunta de pesquisa e de possíveis relações entre os artigos. Como nossa pergunta de pesquisa foi bastante ampla, era de se esperar que a resposta também o fosse. Com efeito, como a economia política crítica debate a questão fiscal?

Poderíamos colocar a resposta em dois âmbitos: 1) o debate em perspectiva crítica contra outras escolas de pensamento, notadamente no que se refere a viabilidade das políticas intervencionistas; 2) como no capitalismo contemporâneo, de dominância financeira, as mudanças qualitativas nas políticas dos governos, que privilegiam a austeridade, vão guardar relação com o processo de mercantilização dos direitos sociais e como tais políticas são desenhadas ao sabor das classes dominantes.

As transformações do capitalismo contemporâneo reiteram o protagonismo da austeridade. A redução do gasto e controle da dívida pública são imperativos. Estes elementos engendram uma nova dinâmica aos direitos sociais. A privatização passa a ganhar terreno, acontecendo também no interior do próprio Estado. Mais do que a participação do capital privado, a mercantilização reflete o domínio da lógica mercantil na lógica social e da inevitável necessidade do ajuste fiscal, que na periferia do capitalismo, ganha o caráter de permanente.

Os estudos de casos exibiram graus de similaridade sobre a implementação de reformas. Dentro dos parâmetros da revisão sistematizada, as situações de Egito e Brasil escancaram como o contexto autoritário e conservador torna propício as reformas austeras antipopulares, ou simplesmente, as contrarreformas. Ambos os países experimentaram interrupções (antidemocráticas) dos governos, cuja política (austera) adotada, cada qual com suas particularidades, permitem a continuidade do processo de acumulação. Desse modo, numa crise, política e econômica, a austeridade teve como função garantir a continuidade da extração de mais-valor, auxiliando na reposição dos lucros dos setores dominantes.

Referências

ALVES, Pâmela Karoline Lins; SANTOS, Viviane Medeiros. **Expropriações contemporâneas: o apoio estatal à saúde suplementar no Brasil**. Revista Argumentum, 2020.

ANDREANI, Tony; HERRERA, Remy. **Piketty: regular o capitalismo através da fiscalidade?** Revista Argumentum, 2015.

BOFFO, Marco; SAAD-FILHO, Alfredo & FINE, Ben. Neoliberal capitalism: the authoritarian turn. **Socialist Register**, Canada, Toronto, vol. 55, pp. 312-20, 2019.

CALLINICOS, A. Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny. London: Bookmarks Publications, 2014.

CAPES. **Portal de Periódicos da Capes**. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: agosto de 2022.

CARCHEDI, Gugliermo. **Was the Great Recession a Crisis of Profitability?** Science & Society, Vol. 80, No. 4, outubro, 2016.

CARNUT, Leonardo; CRISTIANO, Gil Regis; GUERRA, Lucia Dias da Silva; MENDES, Áquilas. **Caminhos para uma revisão sistemática crítica na literatura marxista: A relação**

‘marxismo cultural’ e educação superior. *New Trends in Qualitative Research*, Oliveira de Azeméis, Portugal, v. 12, p. e604, 2022. Disponível em: <https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/604>. Acesso em: 6 dez. 2022.

CHESNAIS, François. **O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos.** In: *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Repúdio às dúvidas públicas europeias.** *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (RSEP)*, 2011.

_____. *La théorie du capital de placement financier et les points du système financier mondial où se prépare la crise à venir.* A l'Encontre, 2019-04-26. Disponível em: <http://alencontre.org/economie/la-theorie-du-capital-de-placement-financier-et-les-points-du-systeme-financier-mondial-ou-se-prepare-la-crise-a-venir.html> Acesso em: 6 jan. 2023.

DRUCK, Maria da Graça de Faria; FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. *Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula.* **Revista Katálysis**, 2007.

ECONOMIA E SOCIEDADE. **Sobre a revista.** Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/about> Acesso em dezembro de 2022.

FÉLIZ, Mariano. **¿No hay alternativa frente al ajuste?** *Crisis, competitividad y opciones populares en Argentina.* Herramienta, revista de debate y crítica marxista, 2009.

FERGUSON, Ian. **Austeridade no Reino Unido: o fim do estado de bem estar social?** *Revista Argumentum*, 2013.

FLEURY, Sonia; PINHO, Carlos. **Liquefação da rede de proteção social no Brasil autoritário.** *Revista Katálysis*, 2018.

FREITAS, Antônio Albano. **Neoliberalism, Profitability, and the Crisis in the Eurozone,** 2017.

CARCHEDI, Guglielmo; ROBERTS Michael. **The Long Roots of the Present Crisis: Keynesians, Austerians, and Marx's Law.** *World Review of Political Economy*, 2013.

HEBA, Khalil; DILL, Brian. **Negotiating statist neoliberalism: the political economy of post-revolution Egypt.** *Review of African Political Economy*, 2018.

HUDSON, Michael. **“Creating Wealth” through Debt: The West's Finance-Capitalist Road.** *World Review of Political Economy*. Volume 10, pg. 171-190. Highgate, 2019.

ITOH, Makato. **From the subprime to the sovereign crisis: why Keynesianism does not work.** *World Review of Political Economy*, 2013.

JUNIOR, Jair de Abreu Leme, MENDES, Áquilas Nogueira. **Imposto sobre as transações financeiras como uma contribuição ao subfinanciamento do SUS.** *Revista Argumentum*, 2017.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Educação superior em tempos de ajustes.** *Revista Katálysis*, 2019.

MENDES, ÁQUILAS. **Crise do capital e o Estado: o desmonte da Saúde Pública brasileira em curso no neofascismo de Bolsonaro.** In: Mendes, Áquilas; Carnut, Leonardo. (Org.). **Economia Política da Saúde: uma crítica marxista contemporânea.** 1ed.SÃO PAULO: Hucitec, 2022, v. 1, p. 96-153.

RIBEIRO, Isabela Ramos; SALVADOR, Evilasio da Silva. **Hegemonia e políticas sociais no Brasil: contribuições ao debate sobre vinculação orçamentária.** *Revista Katálysis*, 2018.

ROBERTS, Michael. **The long depression**: how it happened, why it happened, and what happens next. Chicago: Haymarket Books, 2016.